

*Presidente:* Nós pedimos aos Senhores e às Senhoras que estivessem aqui, porque nos reunimos, os Presidentes da Câmara e do Senado, o Vice-Presidente da República e eu, para conversar sobre a melhor maneira pela qual, em conjunto, tanto o Executivo quanto o Congresso vão responder às necessidades do Brasil neste momento em que estamos passando para uma nova etapa do ajustamento da nossa economia às condições internacionais e também internamente. Eu gostaria que os próprios presidentes de cada um dos Poderes lhes dissessem quais são as decisões, porque elas são em nível do Congresso.

Mas queria agradecer, mais uma vez, o constante apoio que tenho tido por parte do Congresso Nacional e, mais uma vez, como os Senhores e as Senhoras ouvirão dentro de alguns minutos, a disposição dos partidos que apóiam o Governo. A disposição dos representantes maiores dos Poderes Legislativo e Executivo é de estarmos juntos, respondendo àquilo que é necessário.

O objetivo de todos os brasileiros só pode ser um: que nos entendamos cada vez mais, para que possamos retomar o crescimento da nossa economia, gerar empregos e criar condições de bem-estar para a nossa população. Para isso, mormente agora, depois das decisões tomadas, no que diz respeito a taxa de câmbio, vamos precisar efetivar, com rapidez, o ajuste fiscal. Daqui por diante, as taxas de juros se desprendem da taxa de câmbio e ficam com um grau de liberdade bem maior. Mas, ao mesmo tempo, mais sujeitas à expectativa e à realização do ajuste fiscal.

O Brasil tem feito um grande esforço nessa direção. É importante que se diga que esse ajuste não pode ser só do Governo Federal. Tem que ser também dos estados, dos municípios. Tem que ser um ajuste que é coordenado em função do interesse do país. Não é visto esse ajuste em termos de União *versus* estados. Nós precisamos de harmonia em favor do povo brasileiro. Não se trata de braço de ferro, de uns contra outros, mas da união de todos nós que queremos, realmente, o bem do Brasil. Isso requer coragem, requer disposição, requer realmente a consciência do que é necessário fazer. E quando se tem consciência, disposição e coragem, faz-se. É o que vamos fazer. Vamos fazer os ajustes necessários. O Governo tem um compromisso, que já foi anunciado ao país, de gerar um superávit de 28 bilhões de reais no ano em curso para, dessa maneira, darmos fim a essa espiral de dívida crescente e, por conseqüência, de taxas de juros elevadas.

Não temos nenhuma expectativa de milagres. Aqui é trabalho. Não se trata também de imaginar que basta uma decisão e as taxas de juros caem. Os mercados existem. Eles prestam atenção ao que ocorre, na realidade. E o que vamos fazer, com mais empenho ainda – embora já tenhamos tido bastante –, é resolver rapidamente aquilo que está na pauta para esta semana.

Eu gostaria que o Senador Antônio Carlos pudesse fazer uso da palavra e dizer de sua perspectiva, do seu ângulo, o que pode ser feito.

*Senador Antônio Carlos Magalhães:* Pois não, Presidente. Desejo dizer à Nação, nesta reunião que o Presidente promove, que o Senado Federal deverá continuar cumprindo a sua missão neste momento difícil da vida do Brasil. E isso passa, evidentemente, pela tranqüilidade do povo. E essa tranqüilidade só pode vir depois de votadas todas as medidas do ajuste fiscal. Assim, votaremos amanhã, se Deus quiser, a CPMF e enviaremos logo para a Câmara dos Deputados, para contar prazo para sua votação. Por outro lado, tenho notícias muito boas do Presidente Michel Temer. As lideranças na Câmara, sob seu comando, estão dispostas a votar na quarta-feira o projeto da Previdência dos inativos. E isso, votado, virá para o Senado e este,

durante a convocação extraordinária, votará, dando assim demonstrações inequívocas da atenção que tem para esses problemas do país.

O Presidente Fernando Henrique tem feito um grande esforço e o Congresso também tem feito esse esforço em todos os pontos, de acordo com os interesses da Nação. Cabe-me aqui, neste instante, dizer aos senhores que nós estamos dispostos a fazer trabalhos, se necessário, em todos os fins de semana da convocação extraordinária. Ainda examinaremos a possibilidade de, em fevereiro, antes do dia 15, se isso for indispensável, fazer votações para que possamos dar a tranqüilidade para o País, e também para os investidores estrangeiros, de que nós estamos tratando do problema com a seriedade que o momento exige e que o Brasil já venceu essa crise pela vontade dos seus representantes.

*Presidente:* Senhor Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer.

*Deputado Michel Temer:* Quero também registrar e salientar que este é um momento de união em todo o País e, mais do que nunca, de uma união permanente, que agora é ratificada entre a atuação do Legislativo e a atuação do Poder Executivo.

Essa presença conjunta do Presidente do Senado, do Presidente da Câmara, do Presidente da República e do Vice-Presidente visa a revelar exatamente essa aliança em torno do país. E essa aliança em torno do país exige a votação das reformas faltantes. Muitas já foram aprovadas pelo Congresso Nacional, mas não há dúvida de que, agora, é preciso regulamentar a reforma administrativa.

Os Senhores da imprensa sabem que, na semana passada, nós aprovamos urgências para três projetos de lei que regulamentam a reforma administrativa, que vêm ao encontro, exatamente, daquilo que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, acabou de registrar, ou seja, o enxugamento da máquina administrativa nos estados e nos municípios.

A questão dos inativos já teve suas resistências no passado. Creio eu – e cremos todos – que elas serão vencidas, não apenas porque

houve ou está havendo a tentativa de uma substancial modificação no projeto original, portanto, entregando à sociedade aquilo que a sociedade pode suportar. E, de outro lado, o momento atual, que, inegavelmente, é de preocupação, ainda que passageira, revela que os Senhores Parlamentares darão uma resposta afirmativa a esse projeto.

Dessa forma, comuniquei ao Presidente, aos demais integrantes dessa reunião, ao Senhor Presidente do Senado, ao Vice-Presidente, que amanhã, às 11 horas, farei uma reunião de líderes, de todos os líderes, da situação e da oposição, com vistas a chamá-los para que, no dia de amanhã ainda, votemos a urgência para o projeto dos inativos e, se possível, logo na quarta-feira, votemos, igualmente, o mérito dessa proposta. A votação na quarta-feira tem o efeito de permitir que a Câmara remeta o projeto ao Senado, logo no mesmo dia ou no dia seguinte. E, na semana seguinte, muito provavelmente, o Senhor Senador Presidente Antônio Carlos Magalhães cuidará de fazê-lo aprovar no Senado.

De igual maneira faremos, como salientou o Senador Antônio Carlos, com a CPMF, que será remetida à Câmara. E lá, nós começaremos a contar prazo. Serão, portanto, sinalizações internas e, especialmente, externas que continuarão a dar aquilo que o Brasil tem e que não irá perder: a sua credibilidade, tanto internamente como externamente.

*Presidente:* Muito obrigado, Senhor Deputado.